

**A INSERÇÃO DA CAFEICULTURA NO PLANALTO DA CONQUISTA - BAHIA:
TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DA REGIÃO****COFFEE GROWING INSERTION IN THE PLANALTO DA CONQUISTA - BAHIA:
SOCIAL AND ECONOMIC TRANSFORMATIONS OF THE REGION****LA INSERCIÓN DEL CULTIVO DE CAFÉ EN EL PLANALTO DA CONQUISTA -
BAHIA: TRANSFORMACIONES SOCIALES Y ECONÓMICAS EN LA REGIÓN****Aurelane Alves Santana¹**

Resumo: Neste texto visa-se apresentar e discutir como o Planalto da Conquista foi inserido no circuito nacional da produção cafeeira, apontando tanto as questões técnicas envolvidas na escolha da região como as nuances das modificações sociais e espaciais que ocorreram impactando toda uma estrutura tradicional de terras que estava ligada, sobremaneira, à reprodução social e não propriamente à reprodução do capital. Como procedimento metodológico são feitas consultas a referências bibliográficas que se debruçam na leitura das metamorfoses provocadas por esse cultivo na região, bem como a pesquisa de campo, na qual foi possível colher depoimentos de fazendeiros que vivenciaram, através das políticas de Estado, esse período inicial da chegada do café no Planalto da Conquista. Observa-se que a inserção do café na região, além de ter ocorrido acompanhada de elementos técnicos e científicos “modernizantes”, trouxe em seu bojo o aumento da concentração fundiária e da produtividade do trabalho, gerando não apenas a inclusão do Planalto da Conquista no circuito da produção do café no país, mas também o trabalho precário e a degradação da natureza.

Palavras-chave: Cafeicultura; Planalto da Conquista; Modernização da agricultura; Estado; Transformações sociais e econômicas.

Abstract: This text aims to present and discuss how the Planalto da Conquista was inserted in the national coffee production circuit, pointing out both the technical issues involved in choosing the region and the nuances of the social and spatial changes that occurred, impacting an entire traditional structure of lands that were mainly linked to social reproduction and not exactly to the reproduction of capital. As a methodological procedure, consultations are made with bibliographical references that deal with the reading of the metamorphoses caused by this cultivation in the region, in addition to field research, in which it was possible to collect testimonies from farmers who experienced, through State policies, this initial period of arrival of coffee in Planalto da Conquista. It is observed that the arrival of coffee in the region, in addition to being accompanied by “modernizing” technical and scientific elements, brought with it an increase in land concentration and labor productivity, generating not only the

¹ Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista de Pós-doutorado Júnior do CNPq pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq-PB) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, Paraíba. Email: aurelanesantana@gmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6214323411148448>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-1367-3549>.

inclusion of the Planalto da Conquista in the circuit of production and circulation of coffee in the country, but also precarious work and the degradation of nature.

Keywords: Coffee growing; Planalto da Conquista; Modernization of agriculture; State, Social and economic transformations.

Resumen: Este texto tiene como objetivo presentar y discutir cómo el Planalto da Conquista se insertó en el circuito nacional de producción de café, señalando tanto las cuestiones técnicas involucradas en la elección de la región como los matices de los cambios sociales y espaciales que ocurrieron, impactando toda una tradición. estructura de la tierra que estaba mayoritariamente ligada a la reproducción social y no precisamente a la reproducción del capital. Como procedimiento metodológico se realizan consultas con referencias bibliográficas que aborden la lectura de las metamorfosis provocadas por este cultivo en la región, además de una investigación de campo, en la que fue posible recoger testimonios de campesinos que vivieron, a través de políticas de Estado, este período inicial de llegada del café al Planalto da Conquista. Se observa que la llegada del café a la región, además de estar acompañada de elementos técnicos y científicos “modernizadores”, trajo consigo un aumento de la concentración de la tierra y de la productividad laboral, generando no sólo la inclusión del Planalto da Conquista en el circuito de producción y circulación del café en el país, pero también el trabajo precario y la degradación de la naturaleza.

Palabras clave: Caficultura; Planalto da Conquista; Modernización de la agricultura; Estado, Transformaciones sociales y económicas.

Introdução

As políticas estatais de modernização do campo e a crise de superprodução do café ocorrida no Brasil no início da década de 1960 – a qual foi marcada por desequilíbrios na comercialização e circulação do produto –, ocasionaram, a partir dos anos de 1970, a consolidação da região do Planalto da Conquista, na Bahia, como importante polo cafeeiro no conjunto nacional da produção desse grão.

Nesse momento, nesta área, muitos recursos do Programa de Renovação e Revigoração da Cafeicultura (PRRC) do Governo Federal foram destinados à realização de pesquisas edafoclimáticas e topográficas, e para a verificação de terras e mão de obra disponíveis à exploração nas diferentes etapas do processo produtivo do café – o que trouxe mudanças significativas para o campo e para a cidade, onde as atividades socioeconômicas estavam vinculadas ao comércio e à pecuária, respectivamente.

É em face desse cenário que visa-se apresentar e discutir como o Planalto da Conquista foi inserido no circuito nacional da produção cafeeira, apontando tanto as questões técnicas envolvidas na escolha da região, como também as nuances das modificações sociais e econômicas que ocorreram impactando toda uma estrutura tradicional de terras que estava

ligada, sobretudo, à reprodução social e não propriamente à reprodução do capital.

Para tanto, como procedimento metodológico são feitas consultas a referências bibliográficas que se debruçam na leitura do capitalismo no rural e das metamorfoses provocadas por esse cultivo na região, a exemplo de Santos (1987), Dutra Neto (2004) Souza (2008), Soares (2008), dentre outros, além de pesquisa de campo, na qual foi possível colher depoimentos de três fazendeiros que vivenciaram, através das políticas de Estado, esse período inicial da chegada do café no Planalto da Conquista.

A escolha do Planalto da Conquista como região produtora do café: características físicas e logísticas

Em meio ao cenário conturbado em que se encontrava a produção cafeeira brasileira entre as décadas de 1960 e 1970, o Estado, visando reestabelecer os índices produtivos nacionais e a geração de divisas na balança comercial, deu início a um intenso processo de integração de novas áreas à produção de café do país.

Entre essas áreas o Planalto da Conquista destacou-se por apresentar alto potencial para o desenvolvimento de uma cafeicultura empresarial inerente aos preceitos da racionalidade produtiva que aflorava na época devido às intempéries (geadas e pragas) que atingiam a região produtora do Sul do Brasil e aos baixos preços do produto no mercado internacional.

Os primeiros estudos do Instituto Brasileiro do Café² no Planalto da Conquista aconteceram no município de Vitória da Conquista no ano de 1970. Neles, os técnicos Ângelo Paes de Camargo (climatologista), Adolpho Chebabi (especialista em implantação de culturas) e Alfredo Kupper (especialista em solos) verificaram que as terras conquistenses apresentavam condições físicas e logísticas favoráveis à produção cafeeira (DUTRA NETO, 2004).

Com terrenos acima dos 700 metros de altitude e temperaturas entre 15°C e 25°C, o risco de geada e pragas na região era remoto. Além disso, a topografia era composta em sua maioria de solos do tipo latossolo e podzólicos, planos e levemente ondulados, o que facilitaria o fornecimento de alguns dos nutrientes necessários ao crescimento da planta e, conseqüentemente, a economia em tratamentos agrícolas especializados na recuperação de solos (DUTRA NETO, 2004).

² Autarquia do Governo Federal que definiu as políticas agrícolas para o café no país entre os anos de 1952 e 1989.

Como Vitória da Conquista estava localizada em área de transição vegetal de Mata Atlântica e Caatinga, a sua posição geográfica permitiria o acesso a terras para plantio e secagem do produto. Desse modo, o uso de equipamentos e de energia para secar o café poderia ser dispensado, reduzindo assim os custos finais da produção e propiciando a preservação da qualidade dos grãos através da secagem por vias naturais.

Outra constatação feita pelo IBC referia-se à disponibilidade de insumos para o desenvolvimento das novas lavouras no Planalto da Conquista. Foi aferido que havia disponibilidade de fornecimento de adubos nitrogenados pelo polo petroquímico de Camaçari e de calcário agrícola pelas jazidas de calcário dolomítico de Salvador. O transporte desse material, bem como o escoamento da produção se daria pelas rodovias BR-116, BR-415, BR-030 e BR-330, todas com acesso aos portos de Salvador e Ilhéus.

Em face desse cenário foi firmada uma parceria entre a Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense Limitada (COOPMAC), a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) e a Secretaria da Agricultura (SEAGRE-BA) para o recebimento das primeiras linhas de crédito do PRRC que custeariam, a princípio, a plantação de 50.000 hectares de lavouras com uma infraestrutura básica para a produção de 50.000 sacas de café de 60 kg (DUTRA NETO, 2004).

A união entre tais entidades, através desse financiamento inicial, viabilizou toda a ação de pesquisa e permanência do IBC na região, dando o suporte necessário para a instauração temporária do instituto no município de Vitória da Conquista e para a realização de reuniões e propaganda da cafeicultura como atividade lucrativa. O intuito com isso era atrair investidores para a região (figura 1), como mostra o depoimento de um cafeicultor que vivenciou esse período:

Um dia Zé Bigode chegou no meu bar e disse assim: “Um pessoal chegou aí. Vamos lá... [...] Vamos lá comigo que vai ter gerente de banco, prefeito... Vai o pessoal todo lá para ver o negócio do café. [...] Quando a gente chegou lá tinha um pessoal de Minas Gerais, o prefeito da época, Nilton Gonçalves [...], o presidente da cooperativa, Ubirajara Fernandes, e o gerente do Banco do Brasil. Foi essa turma toda. (Cafeicultor 1 do Planalto da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Ao longo da década de 1970 muitos outros financiamentos do PRRC chegaram ao Planalto da Conquista. Como resultado, em 1981, a região já contabilizava cerca de 70 milhões de covas de café abertas, fazendo das terras conquistenses a principal área produtora de café da

Bahia.

Figura 1: Reunião do IBC, cooperativa, prefeitura e gerente do Banco do Brasil com os possíveis produtores de café do Planalto da Conquista, em 1971.



Fonte: Arquivo pessoal do Cafeicultor 1 do Planalto da Conquista.

Tais financiamentos exigiram o desenvolvimento de uma cafeicultura pautada nos padrões técnicos estabelecidos pelas políticas de modernização da agricultura – dotada de técnicas produtivas mais avançadas que fizesse o uso de fertilizantes químicos, defensivos, corretivos, máquinas e equipamentos modernos em quase todas as etapas do processo produtivo (SANTOS, 2013).

Em outras palavras, tratava-se de verdadeiros subsídios à base de recursos públicos, demonstrando os reais objetivos do Governo Federal na consolidação de uma cafeicultura industrial que fosse capaz de contribuir para a manutenção dos índices nacionais de produção e para a exportação do produto, gerando assim dívidas à balança comercial brasileira.

A instauração do café no Planalto da Conquista: transformações sociais e econômicas da região

A partir das constatações feitas pelo IBC do potencial do Planalto da Conquista para a produção do café, o Estado, no ano de 1972, deu início a um intenso processo de expansão desse cultivo no município de Vitória da Conquista, inserindo a região no circuito produtivo do capital e na divisão social e territorial do trabalho – uma integração que viabilizou a reprodução ampliada do capital “através da circulação de capital na agricultura” (SANTOS, 1987, p. 104).

Segundo Souza (2008), para além da visão naturalista dos fatos, em que as condições ambientais da região fizeram dela por si só importante polo cafeeiro, é preciso considerar como o Estado encaminhou esse processo e sobre quais bases o modelo de modernização da agricultura se efetivou. Para tanto, faz-se necessário levantar os elementos históricos que mostram a execução desse projeto de desenvolvimento no Planalto da Conquista, tendo em vista que o mesmo beneficiou grande parte das elites locais – principalmente os latifundiários e comerciantes – em detrimento da reprodução social adequada de homens e mulheres pobres do campo, expulsos de suas terras para em seguida serem transformados em proletários.

Composta pelos municípios de Vitória da Conquista, Barra do Choça, Planalto, Poções, Encruzilhada, Ribeirão do Largo, Itambé, Caatiba, Iguai, Cândido Sales e Boa Nova, o Planalto da Conquista vivenciou, em decorrência da instauração da agricultura cafeeira, profundas transformações sociais e econômicas que alteraram, sobretudo, a estrutura fundiária da região e as relações de vida e de trabalho no campo.

Antes da introdução da cafeicultura na região, parte significativa das terras conquistenses era destinada à exploração da pecuária. Em uma pequena parcela delas, em áreas de propriedades já fracionadas por heranças e sem titulação, famílias camponesas – a maioria de posseiros – desenvolviam a produção agrícola em base familiar, plantando milho, feijão, abacaxi, mandioca, leguminosas e hortaliças para consumo próprio e para a venda do excedente nas feiras das cidades, vilas e povoados.

Com a consolidação da cafeicultura no Planalto da Conquista, as terras foram supervalorizadas e um alqueire de terra, que antes custava em torno de Cr\$ 500,00, passou a valer, em média, de Cr\$25 a Cr\$ 30 mil. Nessa época, foi forte o interesse de proprietários rurais de outras regiões pela compra de terras conquistenses e a inevitável venda de glebas pelos camponeses e posseiros aos especuladores imobiliários (SOARES, 2008). Ao mesmo tempo,

muitos inventários foram retomados, muitas terras foram tituladas e pretensos “proprietários” passaram a reclamar por terras de posseiros.

Essa súbita procura de terras no Planalto da Conquista para a implantação da lavoura cafeeira pode ser verificado no depoimento do cafeicultor conquistense, que disse:

Eu me entusiasmei pela conversa dos caras do café (IBC), né? Aí eu falei assim: “Ô Zé Bigode, me arranja uma terra lá”. Aí tinha seu Ioiô lá em Inhobim que tinha uma terra também, que disse assim: “Ah, moço, tem uma terra lá de frente a minha, eu vou te mostrar a terra lá para você ver. A terra lá é boa para você comprar e tal”. Aí eu falei que estava bom e que eu ia lá ver. Aí eu fui olhar essa terra e eu já estava com o negócio fechado praticamente numa chapada... Para você ver como que Deus me ajuda, né? Daqui a pouco o Zé Bigode me chega e diz que tinha uma terra que era boa e que era para eu ir lá olhar. Eu já estava com o negócio praticamente fechado nessas de Ioiô. Aí eu fui olhar a de Zé... Quando eu entrei e olhei, eu saí cheio de carrapato. Aí lá tinha um brejo... Uma água lá embaixo... Aí, eu falei assim: “Ah, essa aqui é melhor!”. (Cafeicultor 1 do Planalto da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Em decorrência do aumento no número de investidores na região em busca de maior renda da terra e geração de lucros por meio da cafeicultura houve uma demanda muito grande pela compra e regularização de terras junto ao Estado, que facilitou a privatização das mesmas para aqueles que pretendiam produzir o café:

Começou-se a buscar títulos de terras, a sua documentação, porque grande parte dessas áreas eram terras públicas e os documentos eram frágeis. Você tinha áreas e mais áreas que quando você procurava a origem numa cadeia sucessora daquele imóvel, não encontrava nenhum título, nenhum documento sólido que demonstrasse que aquela propriedade era propriedade privada. Então, a busca de muitos desses documentos junto ao Estado significava a compra de terras. As médias e grandes propriedades o Estado vendia barato, demarcava e dava o título, e a pessoa registrava como se faz o registro de imóvel privado; registrava o título do Estado junto ao registro do imóvel. (MEDEIROS, 2015).

Medeiros (2015) salienta, ainda, que muitas das áreas que foram tituladas eram de pessoas que já tinham falecido ou que precisavam de regularização via inventário ou partilha. Para ele, esse período foi marcado por uma grande titulação de imóveis e transações imobiliárias entre particulares, ou seja, muita compra e venda de terras.

Sobre o processo de compra de terras na época da chegada da cafeicultura na região, outro cafeicultor declara:

Eu comprei uma terra... Essa terra eu comprei assim: na época era barata. Na época, eu dei uma entrada, vamos dizer... Uma hipótese, a terra foi oito mil, eu dei dois mil de entrada, dois mil com três meses, dois mil com seis meses e dois mil com um ano de prazo. Essas terras eram abandonadas. Isso aqui não tinha nada. Só plantava mandioca e gado solto por aí, criado no mato. Era tudo de capoeira, chamava larga, mata de larga. Já era largada aqui, porque ninguém queria. (Cafeicultor 2 do Planalto da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Desse modo, a terra, que até então não possuía muito valor, tornou-se fonte de especulação por parte de proprietários e comerciantes da região, passando a ser vista como uma possibilidade concreta de ganhos econômicos.

Sobre os verdadeiros beneficiados pelo plano estatal de expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista, Santos (1987, p. 106) constatou em suas pesquisas que:

a implantação da cafeicultura no espaço rural de Vitória da Conquista [...] significou a criação de um produtor de novo tipo, oriundo da classe média urbana: comerciantes, profissionais e técnicos tendo acesso ao crédito e outras vantagens oferecidas pelo poder público e podendo adquirir terras de cultivo.

Segundo Bacha (2004), o crédito rural foi o instrumento primordial utilizado pelo Estado para promover a modernização da agricultura. Esse crédito consistia basicamente em uma espécie de financiamento da agropecuária com taxas de juros e condições de pagamentos diferenciados dos encontrados no mercado. Além disso, como aponta Alves (1992), apresentava regras que já eliminava grande parte dos produtores rurais, uma vez que seu real propósito era o beneficiamento de produtos voltados à exportação.

Tabela 1: Crédito Rural Contratado no Brasil – 1970 a 1980

Ano	Total*	Taxa de juro real (em %)
1970	9.277	- 3,9
1971	10.729	- 4,0
1972	13.269	- 1,5
1973	18.762	- 1,4
1974	23.203	- 15,1
1975	33.827	- 11,5
1976	34.678	- 21,9
1977	30.944	- 16,7
1978	31.475	- 17,7
1979	39.205	- 34,4
1980	37.492	- 37,7

*Valores em milhões de reais.

Fonte: Santos (2013)

Os créditos voltados para a agropecuária correspondiam a recursos exorbitantes e durante toda a década de 1970 as taxas de juros cobradas eram negativas, mostrando-se vantajosa e favorável para os produtores. Em 1980, conforme tabela 1, a taxa de juros do crédito rural chegou a ser de $-37,7\%$, o que significava que em termos monetários se um agricultor solicitasse um financiamento agrícola no valor de CR\$100,00, pagaria somente CR\$ 62,30 (SANTOS, 2013).

Segundo Goldin e Rezende (1993), os principais cultivos financiados pelo crédito rural foram a soja, o trigo, o arroz, o milho, o café e a cana de açúcar, que receberam cerca de metade de todo o crédito disponibilizado pelo Estado nessa época.

De acordo com Souza (2008), no Planalto da Conquista, o acesso ao crédito limitou-se apenas a parte dos empreendedores, ficando os camponeses excluídos dos empréstimos. Aos comerciantes, técnicos e profissionais liberais, apontados por Santos (1987) como os verdadeiros favorecidos pelo crédito rural, foram destinados recursos elevados capazes de integrar a agricultura cafeeira à indústria, com o uso intensivo de insumos, fertilizantes, tratores, máquinas e equipamentos modernos (figura 2).

Figura 2: “Modernização do campo”. Chegada de trator para uma das mais novas fazendas de café do Planalto da Conquista, em 1972



Fonte: Arquivo pessoal do Cafeicultor 2

Sobre a disponibilização dos créditos, outro cafeicultor de Vitória da Conquista, relatou:

O gerente do Banco do Brasil vinha aqui para Inhobim e pra Barra do Choça reunir o pessoal e falava assim: “Vai lá que o Banco do Brasil tem um dinheiro para financiar para vocês plantar, porque o café é bom”. O homem tinha uma visão que eu nunca vi um negócio daquele.

Quando eu cheguei no banco estava aqueles fazendeiros, aquele povo tudo cheio do dinheiro para conversar com ele e tal. Aí estava aquela fila e eu sentado lá no banco. Quando foi a minha vez, ele (o gerente) perguntou o que eu queria. Aí eu disse: “Vim aqui vê o negócio do café. Vi o senhor falando e o pessoal de Minas falando que a coisa é boa e tal. Eu comprei uma terra...”.

[...]

Só que ele disse assim: “Mas o café só vai dar depois de ser plantado, com dois anos dá a primeira safrinha. Então, você vai fazer um negócio... Eu estou vendo que você é um menino novo, que você é trabalhador... Você vai fazer o viveiro pra fazer muda e aí você vai receber logo o dinheiro”. Aí eu falei: “Moço, como se faz muda? Eu não sei”. Aí ele disse: “Não, você vai sair daqui e vai a Minas, vai ver como é e vai fazer. Vá logo lá em cima e faça a sua proposta do viveiro e de plantar 50.000 pés de café”. Aí eu saí de lá e pensei assim: “Esse homem é doido”. Aí eu fui lá no crédito rural fazer a proposta, né. Eu já tinha feito o cadastro da terra e tal, aí eu fiz a proposta: 50.000 pés de café e um milhão de mudas. Eu fiz essa proposta e ela foi aprovada (figura

6). (Cafeicultor 3 do Planalto da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Figura 3: Viveiro construído por trabalhadores rurais com recursos do crédito rural no Planalto da Conquista em 1972.



Fonte: Pesquisa de campo. Janeiro de 2016.

Diante disso, torna-se evidente que o Estado criou todas as condições necessárias para o desenvolvimento da cafeicultura na região, atraindo empreendedores para o meio rural por meio de subsídios e pela manutenção da extração da renda da terra para esses sujeitos, os novos empresários agrícolas. Para tanto:

a) assumiu os gastos de manutenção de novos cultivos de café no período em que não produzem lucro; b) subsidiou as atividades que, por causas diversas, não representa taxa média de lucro; c) compensou os grandes produtores pela taxa menor de lucro por causa dos mecanismos de controle dos preços (SANTOS *apud* SOUZA, 2008, p. 439).

Assim, na medida em que a produção cafeeira foi se desenvolvendo e se apresentando como uma atividade vantajosa e lucrativa, novas terras do município de Vitória da Conquista e região foram sendo incorporadas à acumulação do capital. No entanto, Souza (2008) observa

que essa apropriação da terra pela agricultura cafeeira não ocupou os espaços tradicionalmente explorados pela pecuária, mas, sim, as áreas de capoeira, onde viviam centenas de famílias camponesas com suas pequenas unidades de produção. Tal fato veio acompanhado de uma série de tentativas de grilagens e provocou, conseqüentemente, o desencadeamento de conflitos no território.

Como resultado, muitos dos sujeitos que reproduziam as suas vidas como produtores diretos, isto é, como agregados ou possuidores da terra de trabalho foram expulsos e/ou pressionados a venderem as suas glebas, restando-lhes apenas como alternativa de sobrevivência a venda de sua força de trabalho para as fazendas cafeeiras ou a migração para as cidades a fim de se inserirem no mercado de trabalho urbano, o que nem sempre acontecia devido à incipiência do mesmo e à exigência de mão de obra qualificada.

Outro ponto que merece destaque refere-se à degradação ambiental provocada pela produção do café no Planalto da Conquista. Com exceção das áreas destinadas à criação de gado, a região possuía vastas e exuberantes reservas de matas que foram desaparecendo na medida em que a cafeicultura se expandia pelo território. Com a chegada do café, Ruy Medeiros (2015) afirma que teve início um processo de completa devastação de área amparada pelos preceitos da modernização da agricultura. Sobre esse processo, relata:

O modelo de plantio adotado pelas empresas e agências técnicas para incentivar a agricultura resultou numa verdadeira terra arrasada. Desmatavam tudo. Não ficava uma árvore sequer aonde iria se plantar o café. Ecologicamente, isso implicou na perda de espaços de sobrevivência dos animais e numa perda florística enorme. As fazendas eram implantadas em áreas que se tirava toda a vegetação e, surpreendentemente, depois se dizia que era necessária uma vegetação para quebrar o vento nos cafezais. Aí se pensou na bananeira e na grevilea em torno das fazendas ou em torno das áreas plantadas. (MEDEIROS, 2015).

Além da destruição vegetal, o projeto de desenvolvimento para o campo implementado pelo Estado trouxe sérias conseqüências para os solos, que foram sendo gradualmente esgotados pelo uso intensivo de agrotóxicos, herbicidas e outros insumos industrializados.

Essa destruição da natureza aliada às formas de precarização de vida e de trabalho deixou claro que a modernização do campo atendeu primordialmente as necessidades de reprodução e acumulação do capital, pois se sustentou sobre aquilo que havia de mais atrasado, ou seja, na dupla agressão à vida humana, na degradação do meio ambiente e na ampliação da miséria pela expulsão de homens e mulheres da terra e constituição do assalariamento sob

condições precárias de trabalho.

Para Souza (2008), a expansão da cafeicultura no campo conquistense só pode ser explicada através do processo de desenvolvimento desigual e combinado do capital, que, ao selecionar áreas para a sua reprodução, aumenta as possibilidades de extração de mais-valia que se transforma em lucro. Nesse sentido, a instalação do polo cafeeiro no Planalto da Conquista deve ser entendida como mais uma das estratégias incorporada pelo capital em seu processo de acumulação histórica, que deixou a “esmagadora maioria dos que labutam no campo marginalizados do projeto de modernização da agricultura” (SINGER, 1977, p. 6).

Para Singer (1977), esse modelo de “desenvolvimento” pode ser concebido como um movimento às avessas que condiz única e exclusivamente com o modo de operação do sistema vigente:

Numa formação social em que o capitalismo é hegemônico, o progresso, a modernização tecnológica, o aumento da produtividade só podem decorrer da expansão do capitalismo em suas formas mais avançadas, ou seja, [...] do capitalismo monopolista. Desta maneira, se o Estado se propõe a promover o progresso da agricultura, ele só pode fazê-lo na estrutura vigente, apoiando as empresas mais capitalizadas” (SINGER, 1977, p. 5).

Como resultado, houve a subsunção real do trabalho ao capital, na qual camponeses, homens e mulheres pobres do campo deram forma a uma grande massa de trabalhadores assalariados: os proletários do café. Esses sujeitos tiveram as suas vidas profundamente alteradas e marcadas pela precarização desenfreada do trabalho, materializada, sobretudo, nas formas de relações de trabalho temporárias e na figura do boia-fria.

Considerações finais

Da apresentação e discussão de como o Planalto da Conquista foi inserido no circuito nacional da produção cafeeira nacional, verifica-se que o Estado teve papel fundamental neste processo ao articular o desenvolvimento da região às políticas de modernização da agricultura em voga no país desde a década de 1950.

Devido a isso, essa introdução do cultivo do café na região do Planalto da Conquista deu-se atrelada a um projeto massivo de expansão do capitalismo no campo, provocando mudanças sociais e econômicas significativas nas formas de uso e apropriação da terra e de subjugação do trabalho ao capital – terras para a produção capitalista e proletarização rural.

Isso quer dizer, em outras palavras, que essas transformações vieram acompanhadas de

materiais e elementos técnicos e científicos “modernizantes”, bem como sociais, que, ao invés de incrementar a produção e melhorar as condições de trabalho e de vida na região, apareceram na verdade como formas de aumento da concentração fundiária e da produtividade do trabalho, gerando não apenas a inclusão do Planalto da Conquista no conjunto da produção cafeeira do país – o que contribuiu para a geração de divisas –, mas também o trabalho precário e a degradação da natureza.

Essa nova caracterização da região, a partir da introdução da cafeicultura, provocou mudanças significativas no ordenamento social e territorial do Planalto da Conquista, posto que pessoas que já tinham uma posição econômica elevada na sociedade e que exerciam outras funções e/ou estavam ligadas a outros ramos de atividades se tornaram fazendeiros e passaram a monopolizar a compra de terras – assim como passaram a reger também as relações de trabalho que foram surgindo na medida em que a produção cafeeira exigia mais força de trabalho em sua composição.

Essa monopolização da compra de terras desencadeou em uma onda de expulsões e expropriação de camponeses do campo, que viram os cultivos de subsistência serem substituídos por cafezais, e o trabalho autônomo e familiar sendo sobreposto pelo trabalho assalariado.

Vale ressaltar que, nesse período inicial da cafeicultura na região, o trabalho assalariado se constituiu de formas acentuadas de exploração, sendo parte considerável da força de trabalho empregada mãos e braços de crianças e adolescentes a preços muito baixos.

Isso posto, torna-se evidente que o intuito principal do Estado ao criar políticas de modernização para o campo, e mais especificamente a inclusão de novas áreas do território brasileiro à produção do café – como no caso da região do Planalto da Conquista – foi o de gerar divisas à economia brasileira e manter uma produção que atendesse às demandas internacionais de importação desse produto do Brasil.

Esse interesse meramente econômico se sobrepôs à criação de uma política que abarcasse todas as esferas sociais, posto que financiou a precarização do trabalhador rural ao expulsá-lo da terra e intensificou a exploração da força de trabalho pela capital agrário cafeeiro no país.

Referências

ALVES, Eliseu. **A Agricultura e a Urbe**. In: Seminário Internacional de Política Agrícola. (Org.) TEIXEIRA, Erly C. Viçosa, UFV, 1992;

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004;

COOPMAC. **Novas fronteiras para a cafeicultura nacional**. Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense Limitada. Ano: 1981. Vitória da Conquista;

DUTRA NETO, Claudionor. **Café e Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável no Planalto de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista: UESB, 2004;

GOLDIN, Ian; REZENDE, Gervásio C. **A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993;

MEDEIROS, Ruy. **Entrevista concedida**. Trabalho de Campo. 2015;

SANTOS, Antônio Luiz. **Produção de Riqueza e Miséria na Cafeicultura: As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça – Bahia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1987;

SANTOS, Ronan Soares dos. **A construção de Cidades no Brasil: Capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940 - 2010)**. Tese de Doutorado. Universitat de Barcelona, 2013;

SINGER, Paul. **Capital e trabalho no campo** [por] Paul Singer [e outros] organizado por Jaime Pinsky. São Paulo, Hucitec, 1977. (Coleção estudos brasileiros, 7);

SOARES, Venozina de Oliveira. **A territorialização da cafeicultura no Planalto da Conquista/Bahia: transformações e contradições no espaço agrário**. Dissertação em Geografia. São Cristóvão: UFS – NPGeo, 2008;

SOUZA, Suzane Tosta. **Da nega o ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: UFS – NPGeo, 2008;

Recebido em 27 de maio de 2023.

Aceito em 26 de julho de 2023.

Publicado em 17 de agosto de 2023.